



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 08/2024

Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS, realizada no dia 16 de julho de 2024, as 9h, no auditório da Rua Dom Pedro, 25 Centro, com a presença de conselheiros, convidados, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2024

CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE		
RAYSSA RAMOS BARJA	TITULAR	GOVERNO - SEDS	P
SAMANTA LIMA VENÂNCIO	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	P
MARIA ANUNCIAÇÃO DE JESUS LOURENÇO	TITULAR	GOVERNO - SMS	P
RENATA RODRIGUES CORDELLA	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	***
ANGÉLICA EGLER GRAÇA GOMES	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	F
KELLY MARIA GONZAGA DE QUEIROZ URSINI	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	F
CAIO DOS SANTOS DO NASCIMENTO	TITULAR	GOVERNO - SEMES	F
ALEXSANDER JOSÉ GUEDES	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	F
LEONARDO RODRIGUES DE MORAES	TITULAR	GOVERNO - SECULT	F
MARCELO LATTANZI RAMIRES	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	F
RENATA FAGUNDES	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	F
JORGE MANUEL DE SOUZA FERREIRA	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	F
VIVIANE CHRISTINA DA MOTA SOUZA	TITULAR	GOVERNO - COHAB	F
FERNANDA DA SILVA MUNIZ	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	F
WENDRYO SALGADO MACHADO	TITULAR	GOVERNO - SESEG	P
ANA CAROLINA DA SILVA COSTA EMILIO	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***
ITIEL PEREIRA DE ARAÚJO FILHO	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	***
ANA PAULA DOS SANTOS	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	P
MARIA CLAUDIA COLOMBO B. M. FRANCISCO	TITULAR	GOVERNO - SEECTUR	P
ANA CAROLINA TANI KADER	SUPLENTE	GOVERNO - SEECTUR	***
ALESSANDRO DE BRITO ZUFFO	TITULAR	GOVERNO - SEMAM	F
DEUDAC DE SOUZA PEREIRA	SUPLENTE	GOVERNO - SEMAM	F
REBECA COFFANI MAHFUZ	TITULAR	GOVERNO - SAES	P
AMANNDA KYSLLA TORRES DE LIMA	SUPLENTE	GOVERNO - SAES	***
PROVIVER OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
CRUZADA DAS SENHORAS CATÓLICAS	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	F
PIA SOCIEDADE MISSIONÁRIOS DE SÃO CARLOS	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
ASILO DE INVÁLIDOS DE SANTOS – CASA DO SOL	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PROFISSIONAL CAMPS	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
SOCIEDADE AMIGA DOS POBRES – ALBERGUE NOTURNO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTOS APAE	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
NÚCLEO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL SÃO VICENTE DE	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	F

Rua XV de Novembro, 119 – Centro – Santos/SP

Telefone: (13) 3261-5508 WhatsApp: (13) 99744-0733

cmas@santos.sp.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

PAULO NUREX			
KATIA AYRES DOS ANJOS	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
PAULO CEZAR SIMONI	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
SUELY DE CAMARA PAIVA	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
MARIA TEREZA PEREZ LORENÇATO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
DEYSE FERREIRA DE ANDRADE	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	F
AGATHA APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO MAIA	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	F
MARIA DA CONSOLAÇÃO G. DOS SANTOS	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	J
MARCIA DE BARROS LIMA SANTOS	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
ROGÉRIO APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
FRANCISCO PAULINO DA SILVA	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
ALAÍDE MARIA DE OLIVEIRA	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
JAIR ROBERTO DE OLIVEIRA TEIXEIRA	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
MARIA ANUNCIADA DE ANDRADE	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***

7 Em segunda chamada, a Presidente do CMAS Rayssa, cumprimenta os presentes e inicia a reunião. **Item 1 -**
8 Aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 18/06/2024 aprovada sem ressalvas. **Item 2 –** Apreciação e
9 Deliberação da Prestação de Contas do Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social do Ano de 2023 -
10 Proteção Social Básica. Sra. Tassia, coordenadora financeira da SEDS, solicita alteração do item de pauta, pois o
11 documento da apresentação não abre. Segue-se para o próximo item de pauta, **Item 3 -** Aprovação de Plano de
12 Aplicação de Emenda Parlamentar Federal – Sociedade Amiga dos Pobres, foi indicada pelo Paulo Alexandre
13 Barbosa, valor de cem mil reais, para custeio, que será utilizado para compra de alimentos e reparo em escada
14 interna da OSC. O recurso será utilizado para pagamento do serviço. Aprovado pelo colegiado. Dando continuidade
15 ao item 3, aprovação de Plano de Aplicação de Emenda Parlamentar Federal Conselho Central Sociedade de São
16 Vicente de Paulo, foi indicada pelo deputado federal Miguel Lombardi, no valor de cem mil reais, para custeio. Será
17 utilizada para compra de uniformes / EPI, material de cama e banho e instalação de duas máquinas de lavar e secar
18 profissional. Aprovado pelo colegiado. **Item 4 -** Vacância para segundo secretário do CMAS. A presidente informa que
19 até o presente momento não preenchemos a vaga. Ninguém se posiciona para vaga, que continuará em vacância.
20 **Item 5 –** Informes do CMAS: Relatos das comissões temáticas do CMAS; Relato do núcleo de apoio de Educação
21 Permanente – NEP; Relatos da reunião ampliada sobre Benefícios Eventuais; Conselho Municipal de Usuários de
22 Serviços Públicos – COMUS. Comissão de Política - o coordenador da comissão Sr. Paulo inicia a fala relatando
23 sobre as visitas realizadas nas Organizações Sociais, a primeira foi realizada na OSC ESPRO, que necessitará de
24 um aprofundamento sobre alguns pontos, então a comissão estará realizando reunião com representantes da OSC e
25 abordando alguns assuntos para trazer ao colegiado. Próxima visita foi realizada na OSC Casa do Paraplégico que
26 apresentou alguns problemas estruturais e de mobiliários, por este motivo será realizada uma reunião, em que a
27 comissão convidou a OSC e a SEDS no dia dezessete do julho. O assunto já está sendo tratado e será levado para
28 comissão, porém, já está havendo regularização de algumas coisas, estando prontas, será apresentada para este
29 conselho. Aproveitando segue a fala o conselheiro dizendo que a comissão de política precisa de mais conselheiros



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

30 nela, para intensificar visitas. Próxima comissão Finanças – conselheira e Vice Presidente Sra. Katia Ayres relata que
31 na comissão foram discutidos os planos citados acima e que foram aprovados em plenária das emendas federais.
32 Também foi iniciado a análise do plano da OSC APASEM, mas como surgiram dúvidas, será enviado ofício
33 solicitando esclarecimentos em relação ao uso do recurso. Segue falando que embora ainda se fale da demora que o
34 estado tem para repassar as informações, coloca que a presidente Sra. Rayssa trouxe uma demanda no dia da
35 reunião da comissão, quando ainda estava a caminho da reunião da comissão, sobre a OSC Mensageiros da Luz,
36 após uma reunião que a SEDS participou foi pensado no reordenamento, segundo informação passada pela
37 Presidente. Lembra que as pessoas que estão no conselho já a algum tempo sabem que a situação da OSC
38 Mensageiros da Luz vem de uma longa discussão e que está passando por um reordenamento e que existe um plano
39 de providências em andamento, no qual os Conselheiros Paulo e Rogério fazem parte representando o conselho.
40 Refere que ainda segundo a Sra. Rayssa, uma técnica com a expertise em residência inclusiva colocou “como
41 querem solicitar que reordenem com esse valor do repasse”, que hoje é menor que duzentos mil ao ano. Após essa
42 indagação acontece um entendimento dentro desta reunião com a SEDS (gestão) para que se aumente o valor do
43 repasse para aproximadamente setecentos mil anualmente. A conselheira, Sra. Katia pergunta o valor correto para
44 Presidente Sra. Rayssa. A mesma esclarece que não sabe ao certo, como não iria ser discutido em assembleia,
45 acabou não pegando o valor correto, porém, Sra. Rayssa coloca que já foi levado uma primeira pauta para comissão
46 de política e finanças, onde as comissões já fizeram alguns questionamentos, e onde em diretoria chegou-se ao
47 entendimento de se fazer uma reunião específica das duas comissões, para que juntos possam aprofundar essa
48 discussão e chegar em um denominador comum, tirando todas as dúvidas ou encaminhamentos que se façam
49 necessários enquanto conselho. Esclarece também que por isso ainda não está em apreciação esta pauta, pois
50 ainda está sendo discutido nas comissões citadas, porém, Sra. Katia ressalta que o valor já está praticamente
51 definido enquanto secretaria, conforme informado a esta pela Sra. Rayssa. Sra. Rayssa elucida que sobre o valor, a
52 secretaria vem considerando a equiparação da residência inclusiva, com a que já presta o serviço, equiparando com
53 equidade. Conselheira e Primeira Secretária Fernanda pede a fala e coloca que é uma das questões que o conselho
54 vem lutando e para que as OSC que realizam o mesmo serviço, programa ou projeto, que valor o seja igual,
55 equidade para os mesmos seguimentos. Sra. Rayssa complementa que no ano 2023 para 2024 a secretaria vem
56 tentado e já conseguiu algumas. Sra. Katia finaliza colocando a importância desse feedback para que todos possam
57 saber o que está acontecendo e possam colaborar, e assim o controle social aconteça. Enfatiza que não é somente
58 para ter uma discussão isolada entre comissões, segurando a informação, coloca que precisa de mais participação e
59 de retorno de todos os conselheiros. Acrescenta que nem tudo o conselho irá conseguir resolver, porém, existem
60 coisas que dependem do secretário da pasta e lembra que o papel do conselho é sinalizar o que é necessário para
61 que as ofertas aconteçam da melhor forma possível. A reunião segue com o relato da comissão de Instância de
62 Controle - Conselheira Anúnciação inicia o relato da reunião que este mês obteve um número grande de
63 participantes, faz um agradecimento ao pessoal da Seduc, que realizou uma explanação com todas as justificativas
64 que são apresentadas para as infrequências escolares. E que contou com a presença do pessoal da Escola
65 Presente, esclarece que Escola Presente substituiu o Projeto Colibri que realizava a busca ativa sobre infrequência
66 escolar. Refere ter sido uma apresentação bem esclarecedora realizada pelas profissionais da Seduc, Senhoras:
67 Kelly, Joana e a Paula. Na sequência ainda sobre os relatos das comissões. Legislação: Conselheira Maria Tereza
68 inicia o relato colocando que foi sua primeira participação na reunião de legislação, e que no dia as pessoas que



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

69 compunham a reunião se debruçaram especificamente na pauta da Resolução Normativa dos Benefícios Eventuais,
70 que de alguma maneira, foram os desdobramentos da reunião ampliada, que aconteceu no dia vinte e seis, e da
71 repercussão que aconteceu no dia. Sendo por conta desta repercussão a resolução não conseguiu ser alterada na
72 ampliada, por surgirem outras questões que os trabalhadores presentes trouxeram, o grupo que estava lá fez parecer
73 que tem a ver com questões estruturais de precarização do trabalho, é o que parece estar “gritando” muito mais alto
74 em muitos lugares. Posto essa impossibilidade de a reunião ampliada alcançar o objetivo, ficou subentendido que os
75 grupos voltariam a se reunir e os trabalhadores fariam discussões nos seus locais de trabalho, para que depois
76 houvesse uma outra reunião ampliada. Dentro da comissão de legislação foi pensado que o conselho poderia
77 contribuir com esse processo. Pensado em oficinas, com a proposta de oficinas locais, essas oficinas as quais muito
78 bem pensadas, onde até a conselheira realizou uma proposta de um planejamento das oficinas, mas não seria o
79 planejamento que aconteceria daquele jeito, e sim um planejamento que desenharia um pouco de uma proposta de
80 oficina. Para que isso acontecesse, primeiro seria necessário abrir uma mesa de negociação com a composição de
81 todo mundo que deveria pensar nessas oficinas. Seria um saber de gestão, chefias da Proteção Básica e Proteção
82 Especial, representante do Conselho CMAS, representantes de Trabalhadores e Finanças, para pensarmos nisto a
83 partir de um alinhamento político. Refere que as oficinas locais é uma ideia, mas isso se daria, através de um grupo
84 condutor. Pensa que esse grupo da comissão condutora seria uma mesa, primeiro passo teria que ter um
85 alinhamento político, para que não tenha ingerências. Traz que a ideia seria de chamar uma mesa, pensar, e se
86 assim, conduzir. De que forma as oficinas aconteceriam, pensando que o NEP junto com a gestão poderia disparar
87 esses processos. E o conselho se colocaria como responsável por provocar essa articulação. O grupo desta
88 comissão ficou de levar para diretoria com uma data possível de alinhamento. E foi sugerido que essa reunião de
89 alinhamento poderia ser na próxima reunião da comissão legislação, chamando os atores para essa discussão. O
90 outro item de pauta desta comissão que a Sra. Márcia coordenadora da comissão havia trazido é a questão do
91 protocolo de denúncias, e o acompanhamento das deliberações da última conferência, porém, não obtiveram tempo
92 hábil para a discussão, ficando para a próxima reunião. Sra. Márcia traz na sua fala que tudo que foi realizado desde
93 fevereiro, não virou resolução absolutamente nada, nem protocolo, nem cultura, e ela refere que a comissão vem
94 produzindo desde fevereiro e que não faz insurgência. Relata que sua maior chateação foi terem produzido esse
95 estudo e essa possibilidade de discutir com os trabalhadores in loco benefícios eventuais e não ter acontecido essa
96 discussão dentro do conselho. Comissão propõe que a gestão faça a coisa acontecer, diz que o conselho não é
97 executivo, e sim um regulador. Refere ser uma pena ter protocolo de denúncia e não virar resolução, tem as
98 questões das deliberações conferenciais que não viraram execução. Tiveram agora Benefícios Eventuais, trouxeram
99 a doutora Gisele Bovolenta da UNIFESP, que veio gratuitamente com tempo de quatro a cinco horas falar sobre os
100 Benefícios Eventuais. O Benefício Eventual que vem sendo arrastado nesta casa, coloca que quando solicitado para
101 uma comissão de legislação como primeiro item de pauta ver Benefício Eventual e alterar a resolução, e isso é
102 proposto e lido em três assembleias. E quando é levado para reunião ampliada, e não se consegue nenhum tipo de
103 deliberação. Então diz que sua chateação não é pessoal, é natural de uma conselheira que exerce essa função de
104 controle social. Sr. Jair conselheiro pede a palavra e se coloca aproveitando a fala da conselheira Márcia que o
105 conselho vem em um momento muito difícil. Relata que está falando na condição de representante dos usuários
106 porque existem sequelas que não estamos procurando observar. Refere existir problemas nas instituições de
107 Acolhimento; que existe problemas em instituições de atendimento CRAS e CREAS; que possui problemas com



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

108 trabalhadores na metodologia de trabalho, onde o trabalhador diz faço isso, não faço aquilo. Possui usuário sem
109 saber o que está acontecendo, tem trabalhador indo trabalhar com medo. Traz a pergunta, fazemos o que? Faz outra
110 pergunta, estamos aqui para que? Coloca que a gestão vai mudar, mas o conselho tem mais dois anos para
111 trabalhar. O conselheiro pede para que este conselho vá mais afincado e tente mudar de qualquer jeito o que vem
112 sendo posto, colocar dentro das normas o que precisa ser colocado, diz que não podemos viver com essa
113 indefinição: uma hora é que falta RH, outra hora que falta recurso, outra hora é que eu sou assistente social ou eu
114 sou operador social, que eu não sou cuidador, que eu sou educador, e na realidade, quem vem sofrendo com isso e
115 o usuário, pede para que tenhamos mais cuidado. Coloca que a Sra. Márcia está falando de um assunto que estão
116 tratando há vários meses, e menciona já ter solicitado em AGO para trazer o coordenador responsável pelo Projeto
117 Fênix que foi conclamado a presença deles para esclarecer sobre o programa. Segue a fala dizendo que em
118 setembro acaba os contratos do Fênix e tem usuário falando que não sairá porque acha que é funcionário da
119 prefeitura. Pergunta que tipo de entendimento eles estão tendo? ou melhor, que tipo de orientação estão dando para
120 o usuário da bolsa Fênix? Esse é um dos fatores, além dos que esperam e não conseguem entrar no projeto. Alega
121 também que vem acontecendo várias coisas, barbares dentro dos abrigos, e diz que mais de setenta por cento que
122 está aqui dentro deste conselho não sabe. Sr. Jair solicita que este conselho una forças, para tentar resolver as
123 questões. Enquanto usuário se coloca para unir forças junto a este conselho, e declara que o usuário também precisa
124 entender até onde vai o seu direito. Dando continuidade aos relatos, Sra. Rayssa inicia a fala do NEP, trazendo que a
125 discussão vem caminhando na lógica que os trabalhadores já estão discutindo os assuntos. Sabemos que os
126 coletivos nos seus espaços estão discutindo o assunto. O que falta hoje é um registro com as pontuações que eles
127 entendem que precisam ser refletidas alteradas. Então o NEP, junto com a sessão de educação permanente, lançou
128 o observatório e que foram enviados a todos os conselheiros por e-mail, o observatório vem para dar uma
129 organizada, por exemplo, a reunião ampliada de benefícios eventuais que ocorreu, o conselho vai registrar para a
130 sessão de educação permanente, ocorreu uma reunião de benefícios eventuais, no dia vinte de junho.
131 Acrescentando a lista de presença anexa, foi discutido também os anexos dos materiais, que com eles em anexos
132 conseguirão compartilhar o material na rede e todo mundo tem acesso àquele material daquela formação, então o
133 observatório seria o caminho. A ideia desse instrumental é que os serviços os grupos possam ir cadastrando suas
134 ações, e a partir dele algo que seja criado, do que é importante olhar na resolução para que o conselho possa
135 apreciar e ir caminhando após a deliberação. Mas para isso é preciso ser discutido dentro da comissão, por isso que
136 a Ágatha ficou de levar para a comissão. Inicia a fala conselheira Fernanda que também participou no mês anterior
137 da reunião do NEP, relata que na reunião que participou foi no dia dezanove de junho. Foi falado sobre observatório
138 que a Sra. Rayssa já colocou as ações da formação de capacitação da ferramenta. É uma nova ferramenta que está
139 vindo para registrar tanto quando o trabalhador participa, quanto aquele que produz a ação, será feita uma avaliação
140 com a equipe para tentar verificar os processos de educação permanente. Foi colocado também que haverá em
141 setembro, uma nova capacitação do INSS, que irá acontecer no dia 12 e 13 e 19 e 20 de setembro, o número de
142 vagas é limitado. Eles vão disparar o e-mail e os primeiros inscritos garantem as vagas, porém já existe muita gente
143 da rede que já participou, esta capacitação já é a terceira que o INSS realiza. Explicam que não é só de benefícios
144 como o BPC é uma capacitação no geral. Foi colocado também sobre um novo processo que vai acontecer em
145 Santos com Governo Federal. Santos será piloto referente a um novo estudo. Vamos dizer assim sobre a visão para
146 um instrumental para a deficiência. Então hoje o laudo sobre o benefício BPC é realizado no INSS. O Sr. Bruno que é



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

o técnico da seção de capacitação dos funcionários da rede Socioassistencial SECAFUR e coordenador do NEP, trouxe que agora que os profissionais das pontas também vão poder estar relatando, um relatório de complemento, não é o técnico dos serviços que irá laudar o usuário. O médico que lauda mais terá um complemento porque você acompanha aquele usuário você tem uma percepção melhor daquele atendimento da realidade no território que o mesmo vive. Então isso vem complementar que por muitas vezes o médico só está com aquele usuário uma única vez. Com isso essa capacitação está vindo para o município. Complementa a estagiaria da UNIFESP que, na verdade, o que o ministério está querendo realizar, é entender as vulnerabilidades relacionadas as deficiências nos territórios mais vulneráveis. Então, por exemplo, eles querem considerar que uma pessoa por exemplo, que usa a cadeira de rodas em uma palafita ou em uma região dos morros ou a depender de onde mora. Ela tem uma condição diferente, principalmente também se tiver mais vulnerabilidade material do que uma família que mora em um outro dado território com uma outra construção de vida. Então o ministério quer compreender e entender junto as equipes que atuam nos territórios, em relação ao impacto daquele território à condição de vida, daquela família que tem aquela pessoa com deficiência e não considerar somente um laudo médico e sim toda estrutura da família e da pessoa com deficiência. Sra. Fernanda traz que serão oito turmas que acontecerão, sendo Santos piloto junto com a UNIFESP. O ministério está trazendo a capacitação inicial as oito turmas, com início em agosto, somente os profissionais da ponta e da rede direta que participarão no primeiro momento, o nome é SISNADEF - Sistema Nacional de Pessoas com Deficiência, e instrumental e IFBRN. Sra. Rayssa se coloca finalizando os informes do CMAS. O Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos COMUS, este conselho é presidido pela ouvidoria municipal, e estão abrindo a inscrição para usuários dos serviços estarem representando esse conselho. Dentro deste conselho a discussão não é só sobre os serviços da assistência, discutem sobre todos os serviços da Prefeitura Municipal de Santos e a Ouvidoria, ela organiza e vai tomando ações a partir desses encaminhamentos que são tirados nesse conselho. Neste momento somente há vagas para usuários. Então os usuários deste conselho que tiverem interesse em se inscrever, irão ser inscritos pelo eixo de Desenvolvimento Social, procurem o conselho, a secretária executiva para apoiar vocês na inscrição. A inscrição é online, há um formulário que precisa ser preenchido. Conselheiros do segmento usuários Sra. Alaide e o Sr. Jair demonstram interesse. As reuniões acontecem na segunda terça-feira, às 18:30, e deve ter encerramento aproximadamente umas 20:30 no Paço Municipal, no quinto andar. Sra. Katia solicita a palavra para dar um informe, refere que está tentando agendar reunião com o Conselho Municipal de Saúde desde o dia 20 de maio, porém, não havendo o recebimento da devolutiva da data. Insistiu e conseguiu realizar um contato informal com o membro da Diretoria do CMS, mas, como a data não foi agendada solicitará que o CMS seja oficiado para que ocorra esta reunião. Segue agora o segundo item de Pauta que foi adiado **Item 2 – A Apreciação e Deliberação da Prestação de Contas do Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social do Ano de 2023 - Proteção Social Básica**. Inicia-se a apresentação: Sra. Tassia Coordenadora Financeira da SEDS. Foram apresentadas todas as contas e gastos da Proteção social básica, tudo aprovado sem ressalvas. Sem mais nada a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às 12 horas e 35 minutos e eu, Fernanda de Souza Santos, Primeira Secretária, lavro a presente ata que vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Santos, 16 de julho de 2024.

Rayssa Ramos Barja
Presidente

Fernanda de Souza Santos
1ª Secretária